

VIVA O DEBATE SOBRE A REVISÃO DOS TRATADOS

O debate que teve lugar na Assembleia da República sobre a revisão do Tratado de 1996 foi oportuno.

Não apenas por ter coincido com a passagem de testemunho de Delors a Santer no hemiciclo do Parlamento Europeu e ficar para trás o que alguém já chamou a "união cristã social-democrata" que o primeiro representara e fora muito útil para obter consensos. Foi importante sim por ter sido um primeiro alerta e esforço de entendimento português não apenas face à GIG-96 mas a uma Europa mais a olhar para Leste, mais exposta a divisões internas e mais carecida de democratização, transparência e eficácia.

Segundo se soube dos jornais, porém, o P.C.P. e o C.D.S. continuam a ter por única política europeia pedir um referendo. Para além disso, querem-nos fazer recuar para posições de pré-guerra fria, as únicas que lhes permitiram voltar a ser protagonistas ou pelo menos intérpretes da História.

O consenso a obter poderá pois limitar-se ao P.S. e ao P.S.D. Se as respectivas posições parecem ainda excessivamente de cobertura recíproca, "homem - a homem" como se diria no "basquetebol", para não se criarem entre ambos "duas velocidades", pode também genericamente dizer-se que o P.S.D. parece acreditar mais na possibilidade da nossa tempestiva adesão à moeda única do que o P.S., genericamente mais céptico ou vagaroso a esse respeito.

O acordo entre P.S. e P.S.D. a este respeito é, porém, possível. Gostaria, apenas, de chamar a atenção para o facto de a lógica predominantemente intergovernamental em que os dois maiores partidos se colocam ter maiores perigos numa Europa mais alargada do que antes. O papel do Parlamento Europeu e a função de democratização podem ter agora a sua hora histórica na preservação da União contra as várias velocidades, por um lado, e reflexamente, pela preservação do papel dos médios e pequenos Estados-nações.

Seria, pois, útil reflectir sobre uma maior transferência de poderes para o Parlamento Europeu quer em nome dos cidadãos, quer dos próprios Estados-Nações que querem ver distanciadas as várias formas possíveis de Directório pelos grandes países, assim como, no inverso, os perigos de desagregação da União. Bastaria, por exemplo, conferir ao P.E. o poder de co-decisão sobre todas as matérias de carácter legislativo.

PLS

CARTA DA EUROPA

de Francisco Lucas Pires, MPE



CARTA DA EUROPA
informações e comentários sobre a actualidade europeia.

Grupo do Partido Popular Europeu. Parlamento Europeu. Rue Belliard, 93 - B-1047 Bruxelas.
Coordenação: Miguel Seabra.
Colaboração permanente: Martin Kamp.

Convite a:

Helena Vaz da Silva

Deputada ao Parlamento Europeu

Jornalista

Presidente do Centro Nacional de Cultura

Presidente da Comissão Nacional da UNESCO



Chorar sobre leite derramado...

Apreciei particularmente este convite do Francisco Lucas Pires porque me permite afirmar aqui a evidência que julgo ambos partilharmos: apostar numa Europa forte é a melhor forma de apostar na própria pátria.

O debate «sim ou não ao federalismo» que encheu os nossos jornais há meses atrás e a sua versão europeia mais recente sobre «a Europa a duas velocidades» são formas de adiar uma só e grande questão a que os europeus vão ser obrigados a responder: queremos um bloco europeu coeso e forte capaz de competir com os novos blocos em rápida afirmação (o Mercosul, os tigres asiáticos) ou vamos perder velocidade em querelas internas e ficar definitivamente sem capacidades de iniciativa para o próximo século?

Se falo de perder velocidade - o mesmo é dizer ser riscado do mapa - penso em mercado, sim, mas penso no espírito também. A Europa está, por inconsciência ou ligeireza, a perder a sua última oportunidade de ser de novo uma referência cultural.

É só na medida em que ela fôr esse bloco forte e coeso na economia, na segurança interna, na defesa comum que a sua magnífica diversidade explodirá.

Nesta perspectiva não é indiferente para a Europa que Jacques Delors tenha decidido retirar-se da política. Como arauto da admirável ideia de uma forma-a-inventar-de-federação de Estados-Nação, ele teria tido, agora como presidente de um dos países-chave da União, o papel insubstituível de ajudar a Organização a descolar do seu próprio umbigo, de levar os estados-membros a pensar geo-politicamente - em termos mundiais-, em vez de se limitarem à pequena defesa dos seus interesses individuais.

Por razões não totalmente claras - cansaço perante a cegueira dos políticos europeus que hesitam em transpôr o nível do «interesse nacional», previsão da correspondente dificuldade em gerir, por isso mesmo, a França, fadiga física, pressão familiar - Delors desistiu.

O assombro consternado com que o mundo acolheu a notícia deve fazer-nos reflectir.

Enquanto parecia certo que a direcção da Europa era uma só e inquestionável, todos se permitiam ter opiniões contrárias, dizer-se cansados de uma liderança tão europeísta, acolher até as demagogias eleitoralistas de alguns que defendiam o abrandar do ritmo na construção da União.

Agora que nos vemos perante a nudez de uma liderança fraca que, sem o respaldo de um Delors algures alerta, se arrisca a abrir caminho às maningâncias dos mais fortes de entre os Quinze, a permanentes braços-de-ferro entre interesses nacionais e a um conseqüente marcar passo do avanço da União, começam a sentir-se os primeiros sinais de alarme.

Os mais lúcidos sabem que podemos estar à beira do fim. A Europa avançou demais para voltar para trás (destruíram-se estruturas e sistemas nacionais impossíveis de recuperar), mas quem será capaz de a levar, depressa e sem desvios, ao fim do caminho, que tem de ser o de uma união plena e assumida - com voz forte na afirmação de valores que são seus, com iniciativa e liderança na defesa do seu território e do seu mercado? Receia-se que esta Comunidade que enche a boca e os jornais com a mítica etapa da «revisão de 96» mais não faça do que organizar a sua Arca de Noé de bem-estar-a-prazo, para o dilúvio que a todos arratará, a começar pelos mais pequenos (como nós).

Gostaria que não fosse assim. É ainda possível que não seja assim. Mas será preciso uma dose de senso e de lucidez que não encontro nem nos políticos - colados ao imediato - nem na imprensa - agarrada às manchetes - nem na opinião pública - oscilante como folha ao vento.

Em democracia, o futuro é obra de todos. A qualidade dele depende dos tais senso e lucidez de cada um.

Os erros, as ligeirezas, o «pagar para ver», em política ficam bem mais caro que no «poker». Não temos o direito de adiar assim o futuro.

Era bom que, na Europa como no país, nos deixássemos, de uma vez por todas, do vício de derramar o leite e depois chorar.

Uma Comissão nova.

A Comissão Executiva aprovada pelo voto do Parlamento Europeu a 18 de Janeiro e que presta juramento no Luxemburgo, perante o Tribunal de Justiça da União, no dia 24 de Janeiro de 1995, não difere da anterior apenas por ter mais três membros mas, sobretudo, porque após o Tratado da União Europeia, beneficia de uma legitimidade política que lhe advém da participação do Parlamento Europeu no processo de aprovação.

O novo processo de aprovação da Comissão tem sido vivido com euforia pelo Parlamento Europeu, que saúda com razão cada aumento de poderes que lhe é conferido. Mas deverão ser afinal os Comissários quem

mais se regozija com um processo que lhes confere a legitimidade política por que sempre ambicionou o colégio de que fazem parte.

Saído do Tratado de Maastricht, e completado por decisões do Parlamento, o processo de aprovação teve início no mês de Julho passado com o voto de aprovação da indigitação do Presidente Jacques Santer e prosseguiu em inícios de Janeiro com as audições de todos os comissários designados pelo Conselho, por indicação dos Governos dos Estados membros. Processo novo e inovador, sem paralelo em qualquer dos Estados membros, o «exame» dos candidatos foi um exercício delicado para o único comissário não examinado: o Presidente Santer. É que se houve comissários capazes de conquistar o apoio dos «examinadores» - como foi o caso do comissário Deus Pinheiro - outros suscitaram as maiores reservas - como a socialista dinamarquesa Ritt

Bjerregaard e o conservador irlandês Pdraig Flynn.

Pela primeira vez, os Comissários designados vieram dar conta aos Deputados da visão política que têm do seu pelouro e responder às questões curtas mas incisivas e exaustivas, que lhes foram colocadas. As comissões parlamentares aprovaram em seguida «cartas» dirigidas ao Presidente do PE, com as conclusões de cada audição. Pensamos ser interessante dar conhecimento de algumas delas por serem reveladoras do âmbito e estilo deste interessante processo, inspirador porventura de novos esforços de transparência e responsabilidade no relacionamento entre os titulares dos cargos executivos e os representantes eleitos do Povo.

Referências: Tratado CE, artigos 157 e 158 Regimento do PE, artigos 32 e 33
Relatório da comissão dos assuntos institucionais (A3-0240/94)
Resolução do PE sobre a investidura da Comissão (A3-0240/94) JOCE nº C 128/358

CARTA DA COMISSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A COOPERAÇÃO

Audição do Comissário DEUS PINHEIRO

10 de Janeiro 1995

A Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação procedeu esta manhã à audição do senhor Comissário indigitado João de DEUS PINHEIRO. Dessa audição, resultam essencialmente três pontos, que merecem o consenso de todos os membros da comissão.

A apresentação do Senhor Comissário indigitado DEUS PINHEIRO foi acolhida de modo muito favorável, tendo sido salientados a clareza da exposição, a exactidão das suas respostas, apesar das limitações de tempo que o condicionavam, e o indiscutível empenhamento que demonstrou relativamente às suas novas atribuições. Isto quanto ao primeiro ponto.

No entanto, do mesmo modo que a apreciação da comissão foi positiva no que se refere ao Comissário indigitado, assim os membros da comissão se mostraram unanimamente críticos e em oposição relativamente à nova organização da Comissão.

Com efeito, e pela primeira vez na história da Europa, nenhum Comissário tem competência em matéria de política de desenvolvimento. Essa política de desenvolvimento desaparece, portanto, da nova Comissão, quando acaba de ser institucionalizada pelo Tratado de Maastricht. Os membros da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação salientam

o alcance de tal modificação, que se fará sentir intensamente nos países do Terceiro Mundo e que constitui, na realidade, um récuo tanto da filosofia como da construção europeia. Isto quanto ao segundo ponto.

Finalmente, solicito a Vossa Excelência se dirija ao Presidente da Comissão no sentido de se restabelecer na nova organização o princípio da existência de uma competência em matéria de cooperação e de desenvolvimento e da sua atribuição a um Comissário especificamente designado para o efeito, como anteriormente acontecia.

Recordo que, na Comissão Delors I, Claude Cheysson era responsável pelo diálogo Norte/Sul, e pela política mediterrânea e Lorenzo Natali pela cooperação para o desenvolvimento; na Comissão Delors II, Manuel Marin era responsável pela totalidade do sector da cooperação para o desenvolvimento. Na Comissão Santer, passa a haver apenas relações externas repartidas segundo critérios geográficos.

É isso que a Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação recusa categoricamente. Julgamos estar a exprimir a opinião das populações mais numerosas e mais pobres do mundo quando recusamos o desaparecimento de tal preocupação.

Saudámos o desempenho do senhor Comissário indigitado DEUS PINHEIRO. Não aceitamos que o desenvolvimento desapareça.

CARTA DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DO EMPREGO

Audição do Comissário Pdraig FLYNN

As perguntas ao Comissário dividiram-se em 6 assuntos, tratando:

- do balanço do mandato anterior do candidato;
- da cooperação com a Comissão;
- da política futura resultante do livro Branco sobre Política Social
- do diálogo social a nível europeu;
- da CIG a realizar em 1996
- da igualdade de oportunidades.

Não posso deixar de dar conta a Vossa Excelência do descontentamento geral despertado na comissão pelo desempenho do Comissário indigitado na audição. O senhor Comissário indigitado mostrou quase sistematicamente ser incapaz de responder de forma directa às perguntas que lhe foram dirigidas, ou não estar disposto a fazê-lo. Não deu provas bastantes de ter a visão necessária, nem de ter uma concepção suficientemente ampla da política social para poder desempenhar o seu mandato com pleno êxito. Despertou preocupação na comissão quanto ao seu empenhamento em defender, em especial no Conselho, acordos alcançados com o Parlamento.

Não obstante, a comissão reconheceu o contributo positivo prestado pelo senhor Comissário, à política social ao longo dos últimos dois anos. A comissão entendeu tratar-se de uma qualificação suficiente para permitir que o candidato continue a assumir a responsabilidade por essa pasta. No entanto, no domínio da política de igualdade de oportunidades, a impressão geral foi a de que as respostas do senhor Comissário indigitado demonstraram a sua incapacidade para desempenhar convenientemente funções ligadas à referida pasta. A comissão decidiu, por essa razão, solicitar a Vossa Excelência que diligencie junto do Presidente indigitado da Comissão no sentido de este procurar conferir a responsabilidade pela igualdade de oportunidades a outro membro do colégio de Comissários.

CARTA DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DA SAÚDE PÚBLICA E DA DEFESA DOS CONSUMIDORES

Audição da Comissária Ritt BJERREGAARD

Em 5 de Janeiro de 1995, a comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Defesa dos Consumidores procedeu à audição da Sra. Ritt Bjerregaard, comissária designada para o ambiente. A Sra. Bjerregaard foi sujeita a um interrogatório

rigoroso: foram-lhe feitas directamente 50 perguntas, vindas de todos os grupos parlamentares.

As questões colocadas diziam respeito a matérias institucionais, às taxas ecológicas, a implementação, o respeito e a manutenção de normas meio-ambientais, incluindo as respeitantes à água potável. A Sra. Bjerregaard respondeu também a questões sobre o sector da energia, principalmente sobre segurança nuclear.

Embora a candidata designada tenha dado garantias sobre muitas das questões abordadas, a sua prestação não foi particularmente convincente, sentimento largamente prevalecente entre os membros da comissão. A Sra. Bjerregaard parecia transmitir à comissão uma opinião inter-governamental e reconheceu que não havia estudado os dossiers do Parlamento.

Contudo, em definitivo, poucos membros da comissão se pronunciaram em favor da rejeição da candidatura da Sra. Bjerregaard. No entanto, deve-se precisar que se a sua prestação for representativa do conjunto da Comissão, os membros da comissão do meio-ambiente se sentiriam obrigados a votar no próximo dia 18 de Janeiro contra a investidura da Comissão Executiva.

CARTA DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS E MONETÁRIOS E DA POLÍTICA INDUSTRIAL

Audição do Comissário Yves de Silguy

5 de Janeiro de 1995

A audição do candidato designado Yves-Thibault de Silguy foi dividida em quatro partes:

- a) a experiência política e profissional e a independência financeira e nacional do candidato;
- b) a opinião do candidato sobre o futuro da União Europeia;
- c) relações entre a Comissão e o Parlamento Europeu;
- d) perguntas relativas às responsabilidades específicas do candidato no seio da Comissão.

Yves-Thibault de Silguy deu provas convincentes da sua experiência e independência.

A comissão tomou nota, com satisfação, do optimismo e empenhamento manifestados por de Silguy relativamente ao lançamento da terceira fase da União Económica e Monetária já em 1997, para os sectores da economia em questão.

No que se refere ao futuro da construção europeia, de Silguy manifestou-se prudente, para não dizer excessivamente tímido. Se esperamos que a Comissão venha a apoiar ambições do Parlamento Europeu, será necessário obter de Santer um empenhamento mais firme do que aquele que de Silguy demonstrou.

Por conseguinte, ficaram por clarificar duas questões, na sequência da audição de de Silguy.

Em primeiro lugar, os membros da comissão exprimiram a sua preocupação relativamente à falta de apoio por parte de de Silguy para o reforço do papel institucional do Parlamento Europeu no processo de decisão da política económica e monetária, no sentido de garantir uma maior transparência.

Em segundo lugar, exprimiram também a sua preocupação com o facto de de Silguy não se ter comprometido claramente no que se refere a um desenvolvimento equilibrado entre uma união económica e uma união monetária, numa altura em que estamos a avançar para a terceira fase da UEM.

Pedimos, por conseguinte, que tente clarificar junto do Presidente Santer estas duas questões.

Não restam, no entanto, quaisquer dúvidas quanto ao compromisso claramente assumido pelo candidato de cooperar plenamente com o Parlamento Europeu de forma pragmática. O candidato demonstrou também bom comando das competências que lhe foram atribuídas.

CARTA DA COMISSÃO DOS TRANSPORTES E DO TURISMO

Audição do Comissário Neil KINNOCK

10 de Janeiro de 1995

A Comissão dos Transportes e do Turismo efectuou uma audição com o SKINNOCK, Comissário indigitado responsável pelos transportes e as redes transeuropeias. Participou na reunião uma delegação da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial.

O Sr. Kinnock causou na comissão uma boa impressão no que diz respeito à experiência política e profissional de que dispõe, bem como à independência de que dá provas.

No que diz respeito ao futuro da construção europeia, o Sr. Kinnock rejeitou a ideia de uma Europa «à la carte» defendeu um maior papel para o Parlamento Europeu nos processos de tomada de decisões da União. Alguns deputados assinalaram com agrado a mudança do Sr. Kinnock quanto à posição anteriormente assumida em relação ao mercado interno.

Quanto às responsabilidades específicas do candidato no âmbito da Comissão, o Sr. Kinnock manifestou o seu apoio inequívoco a uma política comum dos transportes sustentável, tendo tido o cuidado de adquirir conhecimentos profundos sobre a pasta a ocupar.

Ao longo da audição, o candidato manifestou o seu apoio ao desenvolvimento de normas comuns para a segurança dos transportes - no que se refere às pessoas, à carga e ao meio ambiente -, a liberalização dos mercados, os aspectos sociais, uma abordagem integrada dos sistemas de transporte e uma conjugação harmoniosa dos sectores público e privado, com vista à implementação das redes transeuropeias. Foi também referida a necessidade de providenciar por que os custos dos transportes sejam o reflexo dos custos das infra-estruturas respectivas e dos custos externos. Estes aspectos correspondem às preocupações manifestadas pela nossa comissão e pelo Parlamento Europeu. A audição decorreu num clima aberto e amistoso, mas alguns deputados manifestaram especiais reservas quanto a algumas respostas do candidato sobre certas questões específicas ligadas aos transportes, tendo afirmado, que as respostas não tinham sido muito claras nem precisas nalguns casos. Entendeu-se também que, neste domínio, o Sr. Kinnock poderia talvez ter dado uma impressão mais pessoal ao responder às perguntas formuladas.

De um modo geral, a audição teve resultados positivos e todos os grupos políticos manifestaram a sua aprovação em relação ao Sr. Kinnock, pelo que esta comissão propõe a sua nomeação.

CARTA DA COMISSÃO DA POLÍTICA REGIONAL

Audição da Comissária WULF-MATHIES

A alocução da Sra. Wulf-Mathies e o debate que se lhe seguiu.

a) permitiram verificar a experiência, a preparação, a sensibilidade política, a determinação e o empenhamento a favor de uma União Europeia forte da Comissária designada, bem como a sua independência em relação às posições nacionais.

b) trataram principalmente os seguintes temas:

- a coesão económica e social enquanto objectivo principal da União Europeia,
- a luta contra o desemprego enquanto prioridade das políticas comunitárias,
- o empenhamento a favor da solidariedade e da transparência enquanto princípios directores das políticas e das acções de uma União mais próxima dos cidadãos,
- a execução das acções dos Fundos Estruturais, não apenas no respeito da regulamentação em vigor, mas também na óptica de uma abordagem integrada que tenha em conta imperativos em matéria social, de ambiente e de transportes,

- no âmbito da União Económica e Monetária, uma relação estreita entre a convergência económica e a coesão económica e social, a fim de ter em conta as disparidades regionais e a prioridade a dar a uma política de emprego activa,
- o ordenamento do território enquanto complemento da políticas estruturais,
- a política regional enquanto elemento importante da estratégia da União no que se refere aos países da Europa Central e Oriental (PECO) e da estratégia relativa aos países terceiros mediterrânicos,
- as relações com os poderes regionais e locais, bem como com o Comité das Regiões,
- a participação reforçada das autoridades regionais e locais e dos parceiros sociais nas diversas fases da execução das políticas e acções estruturais,
- o reforço da avaliação e dos controlos das acções estruturais tendo em vista aumentar a eficácia e lutar contra as fraudes e o desperdício na utilização dos recursos comunitários,
- a oportunidade de reflectir sobre critérios e o modus operandi do Fundo de Coesão

A Comissária designada comprometeu-se, nomeadamente, a assumir um papel activo no domínio das suas competências e afirmou toda a sua disponibilidade para cooperar com o Parlamento Europeu de modo pragmático e a assegurar contactos regulares, nomeadamente com a Comissão da Política Regional, no espírito do Código de Conduto co-assinado em 13 de Julho de 1993 pelo Sr. Egon KLEPSCH, Presidente do parlamento Europeu, e o Sr. Bruce MILLAN, em nome da Comissão Europeia.

De um ponto de vista geral, as declarações da Sra. Wulf-Mathies mereceram um acolhimento bastante positivo por parte de todos os membros da Comissão da Política Regional e dos membros da delegações das Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego, Comissão dos Transportes e do Turismo e Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Defesa do Consumidor.

A G E N D A

- dia 5 de Fevereiro, às 15.00 horas no Estádio Vieira de Carvalho na Maia, Lucas Pires assistirá como Presidente da Assembleia Geral do Maratona à Taça dos Campeões Europeus Femininos de Corta-Mato;
- no dia 7 de Fevereiro às 20.00 horas, em Bruxelas, participará na reunião do Grupo Nostrad. que reúne os principais dirigentes do P.P.E. para debater de modo informal o futuro da União Europeia;
- no dia 16 de Fevereiro em Estrasburgo presidirá ao Comité África que reúne representantes dos partidos nacionais integrados no P.P.E.;
- no dia 20 de Fevereiro, Lucas Pires e outros colegas do P.E. são convidados pela segunda vez da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República para debater a posição portuguesa em relação à CIG.96, de acordo com decisão apazada no fim da 1ª. reunião.

Entretanto, Lucas Pires iniciou uma colaboração com a Rádio Comercial com uma «Crónica da Europa» que vai para o ar às 2ª., 4ª. e 6ª. feira cada semana às 9.15 horas, em alternância com crónicas de Helena Vaz da Silva às 3ª. e 5ª. feira.